



PROJETO EXEMPLAR
Banco de ajudas técnicas faz a diferença

página 07



SANTA CRUZ
Graciosa com potencial por cumprir no turismo

página 06



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 53 . abril/2024 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+



MAR 2030



GOVERNO DOS AÇORES



PORTUGAL 2030



Cofinanciado pela União Europeia



ENTREVISTA COM LUÍS ALCINO DA CONCEIÇÃO,
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

AGRICULTURA INTELIGENTE

A Inteligência Artificial chegou à Agricultura e promete cortar custos, respeitar o ambiente e dar mais conforto ao produtor. Luís Alcino da Conceição, também coordenador do Centro Nacional de Competências InovTechAgro, explica como. páginas 04 e 05



DÉCIO SANTOS
Secretário do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Águas de Março

É este o título de uma das mais clássicas canções da música em português, protagonizada pelos intemporais artistas brasileiros Elis Regina e Tom Jobim, sendo que no caso já lá vão as ditas águas ou pelo menos o mês de março, pois dizem, também, os “antigos” que em “abril, águas mil”. Uma coisa é certa, enquanto ansiosamente todos esperamos pela publicação dos novos avisos para as candidaturas ao apoio de projetos no âmbito das estratégias DLBC rural e costeiro - que se prevê para breve - a boa música é sempre um prazer enquanto dedicamos uns minutos à leitura desta edição de abril desta revista da GRATER “Olhar o Mundo Rural” cujo editorial temos o gosto de assinar.

Como que para aguçar a criatividade para o novo período de programação, destaque para os nossos projetos exemplares, um com pendor social, na freguesia de Santa Bárbara, e outro na dimensão económica, pretendendo fomentar os circuitos curtos alimentares, uma forma sustentável e socialmente justa de produzir e consumir alimentos.

A Eurodeputada Isabel Carvalhais dá-nos, por outro lado, o gosto de partilhar conosco a sua visão acerca da importância da Europa nas nossas vidas, sobretudo, ao nível da sua visão acerca das estratégias e futuro do mundo rural.

Viajamos, também, até à Graciosa para conhecer melhor a freguesia de Santa Cruz da Graciosa pela voz da sua Junta de Freguesia.

“Think global, act local” ou “pensar globalmente, agir localmente” é a razão pela qual o nosso trabalho tem uma forte génese na cooperação fora de portas, na partilha de boas-práticas, na formação, na ligação ao exterior. Assim marcamos presença na apresentação da plataforma guia para o financiamento e as oportunidades de apoio da UE – “Rural toolkit”, que decorreu online e, presencialmente, no Workshop de Boas Práticas: “Avaliação da renovação geracional nos planos estratégicos da PAC”, que decorreu a 14 de março, na Croácia. É este o álbum completo dos temas que integram esta edição de abril de 2024 do nosso “Olhar o Mundo Rural” com todo o interesse e pertinência, como sempre acontece.

Por fim, convidar o leitor e seguir o nosso site e redes sociais, onde todas as informações estão disponíveis em permanência

CURIOSIDADES

do mundo rural

Ramo Grande: Uma raça com história

A raça do Ramo Grande, autóctone dos Açores, recebeu o nome da zona de planícies no concelho da Praia da Vitória, onde tinha maior presença.

Os bovinos têm origem no gado que foi transportado para as ilhas na altura do povoamento, vindo do norte de Portugal, mas também do Alentejo.

Com o passar do tempo, a raça espalhou-se para outras ilhas e encontra-se também em S. Jorge, Faial, Pico, S. Miguel, Graciosa e Santa Maria.

Em janeiro de 2022, a Carne Ramo Grande recebeu o selo de Denominação de Origem Protegida (DOP) da União Europeia.

A produção, segue, no âmbito dessa certificação, várias regras, desde já a presença dos animais na pastagem. A alimentação dos vitelos é feita com leite materno até pelo menos aos três meses de idade e há restrições ao tipo de suplementação que pode ser feita.

Números da secretaria regional da Agricultura, divulgados em 2022, mostraram que o potencial da raça vai além da carne.

Dados comparativos entre as vacas Holstein Frísia e Ramo Grande, recolhidos em São Jorge, indicaram que, em média, as vacas Ramo Grande produzem leite com proteína em valores altos, enquanto as Holstein Frísia se ficam por valores médios.

Enquanto as Holstein Frísia apresentam 3,65% de gordura, as Ramo Grande registam 4,05%. No que diz respeito à proteína, as primeiras não vão além de 3,32%, enquanto as segundas atingem 3,49%.

A gordura e proteína são consideradas essenciais para a produção de queijo e de manteiga, por exemplo, produtos com valor acrescentado.

Na carne ou no leite, a raça Ramo Grande é uma herança do passado, mas com promessas para o futuro.





ISABEL ESTRADA CARVALHAIS
Deputada ao Parlamento Europeu

OPINIÃO

A União Europeia faz-se presente na vida dos cidadãos também através da solidariedade às Regiões Ultraperiféricas

A União Europeia, importa lembrar, assume-se antes de mais como um projeto de paz e de solidariedade entre povos - um projeto que se encontra em permanente evolução e transformação desde as suas mais remotas fundações há já 76 anos (recordemos o Tratado de Roma de 1948 que estabelecia então a CECA). Importa igualmente sublinhar que a verdadeira unidade central deste projeto de paz e de solidariedade não é nem o Estado, nem a Região, mas o Cidadão.

De facto, o cidadão é quem, em última instância, valida a continuidade deste projeto coletivo, que o legitima e reforça sempre que se mobiliza, seja para votar nas eleições europeias, seja para assinar petições, seja para criar Iniciativas de Cidadania Europeia. Simplificando: as políticas europeias como a Política de Coesão; os fundos estruturais europeus como o Fundo Social Europeu ou o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; os programas europeus como o Erasmus+; os direitos de Cidadania Europeia; a liberdade de plena circulação em todo o espaço Schengen; enfim, toda a União Europeia, existem para os cidadãos europeus, justificam a sua própria existência, por causa dos cidadãos. Sejam trabalhadores, empresários, estudantes, famílias, reformados, todos, sem exceção, estão incluídos neste conceito de cidadania aberta, que não discrimina nem em função da etnia, da religião, da origem socioeconómica, nem das ideias políticas, da nacionalidade, da identidade de género, das deficiências e desafios particulares de cada sujeito. Recordo aqui parte do Preâmbulo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que julgo ser bastante claro sobre o que acabo de escrever:

“Consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito. **Ao instituir a cidadania da União e ao criar um espaço de liberdade, segurança e justiça, coloca o ser humano no cerne da sua ação.**

Ter o ser humano no cerne da sua ação, significa para a União Europeia ter um compromisso inegociável com os valores da Democracia, porque só nesses valores (de liberdade de pensamento, de expressão e de ação, de respeito pelos direitos políticos, sociais, culturais, económicos e ambientais) é possível o pelo respeito pela dignidade humana.

Ora, a defesa da Democracia europeia faz-se de múltiplas formas, sendo uma delas a promoção da transparência das próprias instituições europeias e do seu funcionamento. De facto, a transparência é muito importante, porque a aproximação efetiva do cidadão europeu à UE, esteja ele na Lapónia ou na Ilha do Corvo, implica a construção de uma relação de confiança e não há relação de confiança que não se alicerce também na transparência.

Contudo, o cidadão europeu sente muitas vezes que na União tudo é distante, opaco e sem qualquer ligação direta ao seu quotidiano. Esta é uma percepção completamente errada, mas que existe e temos de perceber porque existe. Uma explicação incontornável está no facto da própria União falhar frequentemente na eficácia da sua comunicação. Basta abrir um site, seja da Comissão Europeia, seja do Parlamento Europeu, e vemos como tudo é tão pouco intuitivo. A comunicação é complexa, intrincada, labiríntica, burocrática, e, repito, nada intuitiva para a maioria das pessoas.

A União Europeia tem de aprender a simplificar a sua ação e tem de comunicar de forma clara e acessível as suas políticas, as suas ações e o impacto das mesmas na vida das pessoas. Além disso, é essencial envolver mais os cidadãos nos processos de tomada de decisão da UE, para que assim também se reforce não apenas a legitimidade das políticas europeias mas também o sentimento de pertença à União.

Melhor comunicação, maior envolvimento dos atores locais e regionais nos processos de decisão, desburocratização, simplificação da linguagem, simplificação de processos, tudo conjugado, ajudará certamente a combater a imagem da ‘Bolha de Bruxelas’ como um mundo distante, aumentará a percepção positiva sobre a sua transparência e reforçará a relação de confiança do Cidadão com a União.

Para tal, é fundamental que se consiga mostrar às pessoas em concreto como é que a UE está atenta às suas necessidades e procura responder às suas preocupações.

No caso das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, tendo em conta os constrangimentos devidamente explanados no artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), a necessidade de aproximar a UE aos seus cidadãos encontra desafios muito específicos. Dada a sua localização distante e os desafios particulares que enfrentam, estas regiões requerem políticas especiais para promover o seu desenvolvimento económico e social, e promover um verdadeiro sentimento de pertença à União junto de cidadãos que chegam a estar (como no caso de Mayotte) a mais de 8 mil quilómetros de distância de Bruxelas.

Dou como exemplo dessa atenção particular às RUPs, a criação pela UE do Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade das Regiões Ultraperiféricas (POSEI). Trata-se de um programa de financiamento que tem desempenhado um papel incontornável na promoção do progresso nessas regiões, impulsionando a economia e melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes. Senão, vejamos: o POSEI tem permitido fazer face a diversos desafios específicos das RUPs, visando fortalecer sobretudo um setor-chave, a agricultura, pois reconhece nesse setor em concreto a sua inquestionável relevância para a sustentabilidade económica, social e ambiental dessas regiões ultraperiféricas. Este apoio extraordinário da UE, tem sido um motor essencial de mudança, promovendo a competitividade, estimulando a inovação e reduzindo as disparidades económicas entre as RUPs e o continente europeu.

Mas também posso assinalar como exemplos, os Fundos Estruturais e de Investimento, no âmbito da Política de Coesão, tais como o FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e do FSE (Fundo Social Europeu). Estes, para além de benefícios económicos tangíveis (ou seja, que se podem ver na criação de tantas infraestruturas, tais como portos marítimos, estruturas de saúde e hospitalares,

parques empresariais, apoio a projetos de formação e inovação das empresas, apoios a projetos de inovação social, requalificação de estruturas de ensino, promoção de património cultural material e imaterial, etc), desempenham ainda um papel crucial na promoção da coesão social e territorial dentro das próprias RUPs. De facto, ao investir em serviços sociais, de saúde, de educação e em infraestruturas de relevância e usufruto coletivo, os programas de investimento fortalecem os laços sociais e melhoram a qualidade de vida dos habitantes das RUPs. Em paralelo, reforçam também o sentimento de pertença à União Europeia e a solidariedade entre os seus membros.

Tendo em conta estes investimentos da EU, que traduzem uma linguagem de verdadeira solidariedade com as suas regiões, não nos podemos esquecer da necessidade de votar. Votar é a forma pela qual, cada um como cidadão e cidadã da Europa, expressa o modo como pretende que o projeto europeu continue a evoluir. Se queremos mais e melhor atenção da EU às nossas regiões ultraperiféricas, temos de ponderar bem sobre a importância de fortalecer o laço que a ela nos une, e que se expressa também no direito de eleição dos 715 membros do Parlamento Europeu. No caso de Portugal, as eleições para o Parlamento Europeu decorrem no próximo dia 9 de junho, e nelas iremos eleger os 21 deputados portugueses que podem dar voz a todas as nossas regiões, incluindo as ultraperiféricas. O nosso voto é assim a forma que temos de contribuir para moldar a formulação de políticas e de decisões que afetam diretamente o desenvolvimento de regiões como os Açores.

A participação nas eleições europeias e a escolha de representantes comprometidos com as RUPs podem facilitar o acesso dessas regiões a programas e iniciativas da União Europeia destinados a promover o crescimento económico, a inovação, a educação, o emprego e outros objetivos de desenvolvimento. Ao fazer parte do processo democrático da UE, os eleitores reafirmam seu compromisso com os valores e princípios da União Europeia e contribuem para a construção de uma Europa mais unida e coesa.

ENTREVISTA

LUÍS ALCINO DA CONCEIÇÃO, PROFESSOR
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

“Como humanos temos sempre esta resistência à mudança”

O coordenador do Centro Nacional de Competências InovTechAgro explica como a Inteligência Artificial pode tornar o setor mais sustentável, rentável e apelativo para as novas gerações. Não é preciso ter receio do futuro: Nos Açores, o desafio é conciliar inovação e autenticidade.

No setor da Agricultura, quais são os principais avanços no domínio da Inteligência Artificial?

A Inteligência Artificial está na base, hoje, de muitas soluções, mas temos de recuar um pouco. Primeiro, temos assistido à agricultura de precisão, que está a fazer uma transferência rápida para a digitalização. Depois, dentro da digitalização e desta agricultura 4.0, já se está a passar para a agricultura 5.0, ou seja, o tratamento dos dados. É aqui que chegamos ao tema da Inteligência Artificial, que é, fundamentalmente, uma ferramenta para tratar dados. Algumas plataformas que temos ao dispor do agricultor, por exemplo relacionadas com a disponibilização de imagens aéreas, de deteção remota, permitem que o produtor tenha em sua casa, praticamente de cinco em cinco dias, imagens da evolução da sua cultura. Para além dessas imagens, que já são um passo muito significativo, temos algumas plataformas a caminhar para dar algumas “dicas” ao agricultor do que pode estar a acontecer e, eventualmente, do que é que ele deve fazer. É aqui que entra a Inteligência Artificial, na relação entre aquilo que é a imagem tirada de um sensor e a interpretação dessa imagem. Esta fica numa base de dados e, por um modelo matemático, vai ser gerada uma resposta. Não é muito diferente, por exemplo, de um chatbot. Muitos já assistimos a isso quando contactamos os nossos bancos: Pomos umas palavras e a caixinha vai dialogando connosco e dando algumas indicações do que devemos fazer. Estas plataformas, agora mais específicas para a atividade agrícola, caminham neste sentido, de ajudar

o agricultor. Claro que esta aplicação prática é muito recente e, no caso da Agricultura, ainda não há muitas plataformas dedicadas. Mesmo assim, acho que houve um grande impulso gerado por aquilo que, para alguns, foi um grande palavrão, embora eu ache que é para todos uma ferramenta muito interessante, que é o CHATGPT. Nós, como humanos, temos sempre esta resistência à mudança, mas o CHATGPT é a nossa máquina de calcular do século XXI. São assistentes virtuais ainda um pouco incipientes, muito gerais, mas são a base para caminhar para plataformas destinadas a determinados setores de atividade, de diversa ordem. Dou muito o exemplo médico. Na área da saúde segue-se fortemente esta tendência de utilização desta metodologia de apoio clínico. No caso da Agricultura será até mais de apoio ao agrónomo, se calhar, do que diretamente de apoio ao agricultor. Porém, estas plataformas permitem de uma forma diária, muito completa, termos alguma validação de situações que se estão a passar no campo de forma real. Refiro-me ao estado das culturas, ao bem-estar dos animais e a modelos



meteorológicos, que começam a mostrar muita agilidade.

De que forma pode a Inteligência Artificial tornar o setor mais eficiente e ambientalmente mais sustentável?

A agricultura de precisão, mesmo ainda sem ter um processo de automação através destas plataformas, já nos dá imagiologia. Oferece a possibilidade de termos registos e esse registo ser georreferenciado. Sabemos o que acontece e onde. Depois, a cereja no topo do bolo é criarmos uma imagem. É quase como quando vamos ao médico e tiramos uma radiografia. O médico consegue, com aquela imagem, perceber se a pessoa está doente e que nível de doença existe. É exatamente o que conseguimos fazer. Uma imagem de um drone, por exemplo, pode caracterizar a cultura num determinado momento e dizer, numa parcela maior ou menor, numa encosta, de uma encosta para um vale, se o estado de evolução da cultura está mais avan-

çado, se está uniforme, se há uma praga e em que extensão. Conseguimos estimar a área de perda e, eventualmente, com base nesta informação, tomar a decisão de tratar determinada zona e não outra. Isso influencia o custo e também o impacto em termos ambientais. Esse registo pode ser guardado e ser feito um histórico dessa parcela ao longo do tempo. A agricultura de precisão é uma técnica de gestão que revolucionou a nossa abordagem.

Como se posicionam os Açores em termos de potencial de utilização da Inteligência Artificial na Agricultura?

No vosso caso, temos a especificidade do setor ser extensivo. Neste momento, há um conjunto de soluções, por exemplo, para os animais na pastagem, de deteção de ciros, de controlo ambiental, que são diferentes do que tínhamos no passado. Temos colares com um sensor com georreferenciação e um sensor com a temperatura corporal. Posso também ter um

sensor que me dá o nível de atividade e o tempo de ruminção do animal. Permite-me estar em casa e, se houver um alarme que me informa, por exemplo, que o animal está em cio, ir buscar essa vaca, que a plataforma me indica onde está, e será esse o momento de inseminar ou largar ao toiro. É um exemplo muito prático. Há outras questões. Através de imagens podemos conferir, por exemplo, se o vigor da pastagem que ali está ainda é correspondente ao número de animais que lá andam ou se, porventura, é melhor movimentá-los para outra parcela, fazendo um pastoreio rotacional mais objetivo. Por último, têm evoluído muito, ao nível de pavilhão e de sala de ordenha, os sensores que medem tudo, incluindo a relação temperatura/humidade, que é muito importante, até para a prevenção de doenças. Na carne, pode haver interesse de monitorizar as engordas. O animal é pesado e, com base nesse peso, temos uma definição de ganho médio diário que é pretendido. Por exemplo, o dispensador de alimento pode distribuir apenas a quantidade que está programada para aquele animal atingir, naquele espaço de tempo, aquele peso. É diferente, se pensar no preço que hoje as rações e os concentrados têm, de estar diariamente a dar a mesma medida. Os erros, somados, no final podem fazer a diferença na valorização da carcaça. Estes alimentadores são ainda dispendiosos, mas podem ser um bom investimento.

Temos também a questão do conforto do agricultor. Estas ferramentas podem tornar a profissão menos dura?

Há, na minha opinião, um muito maior conforto de operação por parte do criador, porque está presente 24 horas, mas sem ter de estar fisicamente, obrigatoriamente, no campo. Agora, uma nota muito importante. Isto não dispensa a ida ao campo. Antes pelo contrário, conseguimos ter uma informação mais precisa, para, quando vamos ao campo, irmos direcionados para uma determinada coisa.

A utilização destas novas tecnologias pode trazer mais jovens para o setor?

Traz uma visão diferente da Agricultura. Apesar de eu não ser agricultor, costumo dizer que tenho um trabalho de campo e um trabalho de escritório. Acho que o agricultor, cada vez mais, se apro-



xima dessa dualidade. Não ser apenas aquele que tem de andar de sol a sol no campo, mas também ser um gestor no escritório. Há ferramentas para o ajudar que antigamente não existiam. Algumas dessas ferramentas requerem o apoio, por exemplo, de uma associação como a GRATER, de consultores, de agrónomos. Um acompanhamento técnico.

O sistema de apoios deve começar a focar-se nesta área?

Fortemente. Sem esse apoio, podemos estar a ter o pior de dois mundos. Por um lado, a disponibilidade, mas, por outro, um buraco muito grande antes de conseguirmos utilizar essa disponibilidade. Se não existirem incentivos, todo o conhecimento que possa existir não é aproveitado. É como ter um carro à porta, mas não ter quem ensine a conduzi-lo. Além disso, temos de perceber que o mundo está a braços com um problema tremendo. Nunca tivemos um cenário geopolítico como o que estamos a viver, pelo menos na nossa geração, que sucede a desastres económicos e a uma pandemia. Os agricultores, na Europa, estão claramente ressentidos e com razão. Qualquer agricultor europeu vê-se a braços com regras que não são as mesmas dos produtos que chegam aos nossos supermercados. Não digo que o sentimento não fosse bom, mas se calhar foi um pouco infantil quando a Europa quis tomar a liderança de medidas que, de longe, estavam a ser tomadas pelos outros. A penalização de rendimentos é enorme,

tem vindo a piorar e, neste cenário que estamos a viver, a situação agravou-se porque os preços tornaram-se completamente distorcidos. Já houve algumas medidas que começaram a ser revertidas em Bruxelas, mas o futuro próximo não vai ser fácil, porque o outro passo menos maduro da Europa foi ter acreditado que não era preciso investir em armamento, porque não ia haver guerra. Todos estamos a assistir à necessidade de reforço dos orçamentos de cada país na área da Defesa. Isso vai ser inevitável. Esse reforço financeiro vai, certamente, tocar financiamento que estava noutros setores, nomeadamente na Agricultura. Agora, as políticas de financiamento, não tenho dúvidas, têm de continuar a existir dentro desta linha de raciocínio. No caso da digitalização, a aposta tem de ser forte, mesmo com estas limitações.

Existem alguns riscos na utilização da Inteligência Artificial, nomeadamente da Agricultura, ou trata-se apenas da tal desconfiança com que o ser humano encara a mudança?

Há as duas coisas. Quando surgiu a Internet, na década de 90, recordo-me que, das primeiras vezes que me falei daquilo, achei esquisito. Há coisas más que se passam na Internet, claro. Estes chatbots não são diferentes. Vai haver sempre malícia. Mais uma vez, as políticas de financiamento devem procurar formar e orientar o melhor possível. Devemos perceber as vantagens de um as-

sistente virtual, mas não dispensarmos o nosso conhecimento técnico. O assistente virtual não creio que substitua o ser humano.

Como devem os Açores encarar esta nova realidade, até em termos da colocação nos mercados dos nossos produtos de excelência?

A vossa insularidade é combatida com este tipo de ferramentas, que dão uma proximidade de contacto. Depois, as plataformas de que falávamos aplicam-se nos Açores, como no continente ou em qualquer outro local. Em momentos de pior meteorologia, por exemplo, não perdemos a informação daquilo que se está a passar no campo. Por último, temos a questão da capacitação. Associações como a GRATER podem ser importantes. A vossa dimensão permite-vos serem menos, mas se forem conscientes da realidade, conseguem implementar de forma muito rápida um modelo de capacitação. Essa proximidade é muito importante e permite uma resposta personalizada. Mas atenção, têm uma coisa que nunca percam, que é o valor acrescentado dos vossos produtos. Quer Açores, como Madeira, têm produtos muito próprios. Independentemente do valor da tecnologia, nunca devem perder o valor acrescentado da ligação à paisagem, da autenticidade. E, já que estamos a falar de digitalização, o marketing digital será muito importante. Podemos produzir muito bem, mas temos de saber comunicá-lo.

ESPAÇO ASSOCIADO

SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Fixar população com casas e emprego e reclamar um lugar no turismo

O presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa defende que é preciso criar respostas de habitação a custos controlados e estimular o mercado de trabalho. No turismo, a ilha está “aquém”, afirma.



É em Santa Cruz, o polo económico da ilha Graciosa, que se encontra a larga maioria dos serviços e também onde se concentra a população em idade ativa. Tendo em conta esta realidade, o emprego e a habitação surgem como prioridades, explica o presidente da Junta de Freguesia, Paulo Cunha. “Um dos grandes desafios é, sem margem para dúvidas, a disponibilidade de habitações a custos controlados. Os jovens casais têm muita dificuldade em iniciar a sua vida autónoma por não conseguirem habitação a preços que se coadunam com aquela que é a sua disponibilidade salarial”, afirma. Para Paulo Cunha, é “fundamental que se criem políticas de controlo dos juros em primeiro lugar e, em segundo lugar, a implementação de um maior parque habitacional público para podermos responder às legítimas expectativas daqueles que escolhem a nossa freguesia para viver”.

O autarca admite que a perda demográfica é uma preocupação. “Não estamos a conseguir fixar os nossos jovens e captar mais população. Infelizmente, não temos tido a capacidade de implementar políticas que efetivamente fomentam o mercado de trabalho”.

Considera ser “urgente” que todas as entidades com poder político se reúnam para debater o futuro. “Para refletirmos e definirmos medidas concretas para permitir que haja investimento privado que crie e dê valor à mão de obra graciosense. Precisamos de cativar os jovens graciosenses para aderirem aos setores em que temos mais necessidade e incentivar, ao mesmo tempo, os empresários a pagarem melhor as funções que eles irão desempenhar. Para isso, é fundamental criarmos um pacto de medidas de âmbito municipal e regional para o setor empresarial, para que possam contratar mais e pagar melhor, acima do que está estipulado por lei”, sugere.

Paulo Cunha afirma mesmo que, se não forem tomadas medidas rápidas, “corremos o sério risco de continuar a ver os nossos jovens a saírem da nossa ilha e não regressarem”.

A solução passará sobretudo pelo setor privado. “O setor da administração pública tem, neste momento, quadros jovens ou com previsão de aposentação por daqui a não menos que 15 anos. Ora, com esta previsão é preciso chamar o setor privado a investir e a incentivar a população para o setor

produtivo, bem como para o setor da restauração e construção, mas também para setores especializados que estão com mão-de-obra escassa, como é o caso de eletricidade, carpintaria, serralharia, entre outros”, especifica.

Alavancar a Graciosa

No contexto regional, Paulo Cunha afirma que a ilha Graciosa está “muito aquém” do papel que podia desempenhar, sobretudo no setor do turismo.

“Não podemos pensar que basta colocar mais voos na Graciosa e que está resolvido o problema. Lamento, mas não! O número de desembarques que se têm registado no Aeródromo da Ilha Graciosa não é só turistas, como às vezes se quer vender a ideia de tal. O maior volume de passageiros desembarcados tem a ver com utentes que se deslocam para consultas, bem como equipas que semanalmente deslocam-se à Graciosa para participar em campeonatos regionais, deixando um valor residual na economia”, alerta.

Reclamar um lugar maior no turismo exige uma promoção “muito mais atrativa, muito mais presente no mercado nacional”, vinca. “A ilha Graciosa insere-se na peri-

feria da região, que já de si é periférica. Temos de captar os turistas nacionais e, para isso, é preciso que cheguem à nossa ilha. Garantidamente, não é a pagarem mais de 700 euros por um bilhete aéreo que os vamos cativar e é isso que está a falhar”, defende.

A ilha, diz, tem os ingredientes certos para cativar os turistas. “Temos uma população dinâmica, uma terra que é conhecida pelo seu bem receber. São necessários alguns ‘afinos’ na restauração, mas o potencial existe, o que é preciso é motivar os empresários, dando-lhes condições para expandirem os seus negócios para terem capacidade de receber mais clientes. Se o fizermos, e se tivermos mão-de-obra qualificada e valorizada, entramos em velocidade de cruzeiro nesse setor”, sublinha.

Os projetos

A Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa tem obras a decorrer, que podem dar uma resposta também ao setor do turismo. De acordo com Paulo Cunha, está a ser realizada uma intervenção na antiga Escola do Bom Jesus, que receberá um Centro Interpretativo da Vinha.

“É um projeto ambicioso, mas que irá trazer um impacto turístico muito grande para a ilha e sobretudo para aquela localidade, que sempre foi uma zona de excelência da vinha graciosense. A GRATER pode e deve ser parceira neste projeto, como já o foi em outros projetos na Graciosa, como é o caso do Museu da Vida Rural, no Caminho de Cima na freguesia da Luz”, refere.

Para Paulo Cunha, liderar uma Junta de Freguesia é um trabalho de proximidade à população, mas com “múltiplos desafios”.

“Sobretudo quando as entidades com maior capacidade financeira falham para com os nossos cidadãos. É a mim, presidente de junta, que depois estes se dirigem, pedindo para reforçar a sua representação junto dessas instâncias. É isso que faço todos os dias e é para isso que aqui estou, para ser a sua voz”, promete.



PROJETOS EXEMPLARES

FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA

Banco de ajudas técnicas já começou a apoiar famílias

O banco de ajudas técnicas da Junta de Freguesia de Santa Bárbara já marca a diferença. Desde que foi criado, há cerca de três meses, o projeto auxiliou perto de 20 pessoas.

Segundo o presidente da junta de freguesia, Paulo Fagundes, o banco que permite o acesso a 10 camas articuladas, 10 cadeiras de rodas, 10 andarilhos, 10 cadeiras sanitárias a 10 pares de canadianas foi uma ideia que surgiu ainda quando preparava a candidatura às autárquicas de 2021.

“Verificámos que havia essa necessidade. Existiam casos em que as pessoas tinham algum equipamento, mas não todo o equipamento necessário para situações de maior auxílio”, recorda.

O projeto é pensado para toda a freguesia, mas a prioridade vai para quem apresente maior carência económica. Também são considerados pedidos de outras localidades.

Os equipamentos são cedidos na forma de empréstimo. Tanto po-



dem ser auxiliadas pessoas em situação de incapacidade temporária, como quem precisa de ajuda permanente.

O investimento foi apoiado a 100%, com 14.988,25 euros, através de uma candidatura apresentada à GRATER a financiamento do programa PRORURAL+.

No final de 2023, os equipamentos chegaram à ilha e foram inventariados. Em janeiro, realizou-se a apresentação pública do projeto.

Paulo Fagundes acredita que esta ajuda é importante para quem a recebe. “O banco funciona como um complemento. Associamos



sempre estes projetos aos idosos, mas não é só a este público que o banco de ajudas técnicas pode responder. Já tivemos situações em que as pessoas precisam pontualmente de umas canadianas ou de uma cadeira de rodas. Possibilita que tenham acesso a determinados equipamentos ou de forma gratuita, ou a um custo muito residual”, resume o autarca.

Prevenir a dependência e o isolamento e envolver a comunidade através da doação de material relativo aos cuidados na dependência cuja utilização deixou de ser uma necessidade, são outros eixos da iniciativa.

CARRINHA ADAPTA NEGÓCIO AOS NOVOS TEMPOS

Venda de peixe porta a porta mantém-se na ilha Graciosa

A venda de pescado porta a porta atravessou as várias gerações da família. O avô paterno de Magda Benjamim percorria os caminhos da Graciosa ainda descalço, com os cestos às costas. O pai e os irmãos seguiram-lhes os passos, primeiro nas mesmas condições, depois vieram as motas de três rodas e, finalmente, uma carrinha de caixa aberta.

Magda Benjamim, depois do falecimento do pai, gere com a mãe o negócio, na freguesia graciosense de São Mateus.

Há cerca de três anos, com uma candidatura apresentada na GRATER aos fundos comunitários do Programa Operacional MAR2020, adquiriu uma carrinha para venda ambulante de peixe, um investimento de cerca de 24 mil euros.



Outra candidatura, apoiada com 3.738 euros, permitiu a aquisição de equipamento para a melhoria das condições de venda dos produtos, como uma balança, arca congeladora, serra de ossos e material informático.

“Os meus clientes escolhem o peixe, numa bancada, como se fosse numa peixaria. Posso vender na altura ou arranjar no ar-

mazém e depois fazer a entrega”, conta Magda Benjamim.

O apoio de associações como a GRATER, diz, é importante: “Devemos aproveitar estas ajudas. Se não existissem, não conseguia adquirir uma viatura com estas condições, com câmara de frio”.

Hoje, é preciso oferecer modernidade aos clientes, que, garante,



têm “outra exigência”.

Já a proximidade é uma tradição a manter: “As pessoas gostaram muito da carrinha. Ainda preferem que passemos de porta a porta, para escolherem bem o peixe. Também temos muita população idosa, que não tem facilidade de sair para comprar na peixaria da ilha. É muito mais fácil saberem que o peixe está à sua porta”.

NOTÍCIAS

ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO PSOEM-Açores motiva sessão pública de esclarecimento

A GRATER participou, por videoconferência, na sessão pública de esclarecimento promovida no âmbito da discussão pública do projeto de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a Subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores).

A sessão decorreu no dia 21 de fevereiro, no auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, na cidade da Horta, Faial.

Constaram do programa o enquadramento ao processo de ordenamento do espaço marítimo nos Açores, bem como a apresentação do projeto PSOEM-Açores e do processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Também foi abordado o Geoportal SIGMAR-Açores. No final, foi aberto um espaço para esclarecimento de dúvidas



DISCUSSÃO PÚBLICA
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo
Nacional para a Subdivisão dos Açores
Sessão pública de esclarecimento - 21 de fevereiro de 2024



Plataforma da UE reúne apoios para zonas rurais

Decorreu no dia 6 de fevereiro a apresentação da plataforma guia para o financiamento e oportunidades de apoio da UE (União Europeia), a Rural Toolkit.

A GRATER marcou presença no evento, que decorreu online, e que promoveu a plataforma criada para as autoridades locais, as instituições, as empresas

e as pessoas singulares identificarem e tirarem partido dos fundos, programas e outros financiamentos de apoio existentes na UE.

De acordo com a informação disponibilizada no portal da União Europeia, “o conjunto de ferramentas fornece um ponto de entrada único para todas as inicia-

tivas existentes, com informações exaustivas sobre os recursos disponíveis, e explica por que razão estes são relevantes para as zonas rurais”.

“Embora não tenham sido explicitamente concebidos para o desenvolvimento rural, numerosos programas e iniciativas de financiamento da UE podem

desempenhar um papel significativo na revitalização e melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais”, reconhece a União Europeia.

O Kit de Ferramentas Rural pretende facilitar “a identificação da fonte certa de financiamento ou apoio e a forma de tirar o melhor partido do mesmo”.

AGENDA

Primeiros avisos ao DLBC Costeiro estão muito próximos. Esteja atento ao site e Facebook da GRATER.